

A Internacionalização do Movimento LGBT: uma análise da ampliação do espaço social e da participação política nas Relações Internacionais.

David Gonzaga¹

RESUMO

Este artigo busca fazer uma análise teórica-conceitual do crescimento do movimento LGBT internacionalmente, buscando evidenciar a importância do ativismo dos militantes no processo de atração da atenção internacional para suas lutas e articulações coletivas pelo reconhecimento. Mesmo assim, as estruturas sociais, políticas e econômicas da contemporaneidade sustentam e perpetuam as ideologias opressoras e intolerantes, fazendo com que a discriminação aos LGBTs continue se perpetuando. Nesse contexto, o movimento LGBT surge como uma agente internacional que através de redes fortalecem a participação da sociedade civil em um projeto sociopolítico de respeito a diversidade de gênero e sexualidade. Diante dessas dinâmicas, as considerações aqui feitas partem de reflexões que vão desde a história das primeiras articulações do movimento social, bem como a identificação do mesmo como um ator das Relações Internacionais engendrando uma defesa pelos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Palavras-chave: LGBT; Sociedade Civil; Movimento Social; Internacional.

ABSTRACT

This article seeks to make a theoretical-conceptual analysis of the growth of the LGBT movement internationally, seeking to highlight the importance of activists' activism in the process of attracting international attention to their collective struggles and articulations for recognition. Even so, contemporary social, political and economic structures sustain and perpetuate as oppressive and intolerant ideologies, causing discrimination against LGBTs to continue to perpetuate. In this context, the LGBT movement emerges as an international agent that, through networks, strengthens the participation of civil society in a socio-political project that respects the diversity of gender and sexuality. In view of these dynamics, the considerations made here start from reflections that go from the history of the first articulations of the social movement, as well as the identification of the same as an actor of International Relations engendering a defense for the Human Rights of lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals.

Keywords: LGBT; Civil society; Social movement; International.

INTRODUÇÃO

O movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, é um movimento social que defende a garantia dos direitos e o reconhecimento social das pessoas LGBTs. Os grupos e organizações que militam pela comunidade são numerosos e estão presente em todo o mundo, expressando um forte ativismo político nas ações coletivas e reforçando um perfil globalizante de movimento. A temática sobre os direitos LGBTs ganharam visibilidade nos organismos internacionais reforçando uma preocupação internacional quanto aos Direitos Humanos no que tange a orientação sexual e a identidade de gênero.

Os movimentos sociais transnacionais ou movimentos sociais globais, são termos utilizados pelas relações internacionais para fomentar o protagonismo dos movimentos em uma

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã e Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

esfera global na qual se constroem redes de ativismo em torno de causas, que por sua vez, ganham status de Sociedade Civil Global, articulando ações coletivas em torno de um projeto sociopolítico que atenda às necessidades de uma determinada comunidade. (CASTELLS, 2008). Os motins de junho de 1969 inspiraram um movimento de protesto homossexual, não só por toda a América, mas também em todo o mundo. O movimento de libertação gay nascido com Stonewall constituiu uma identidade indispensável à emancipação dos LGBTs e passou a assumir, diante das mobilizações internacionais e do discurso transcultural, um papel decisivo na efetividade dos direitos humanos, na luta pelos direitos civis e no fortalecimento do debate em prol da diversidade e inclusão na sociedade.

A problematização do reconhecimento garantiu o surgimento de uma identidade comum aos integrantes do movimento possibilitando a ampliação dos debates e das ações coletivas na esfera global. As paradas pela diversidade e o reconhecimento de organizações LGBTs na esfera consultiva das Nações Unidas são exemplos advindos da expansão do movimento, o que fez com que ganhassem notoriedade internacional nas conferências, fóruns e comitês sobre Direitos Humanos e temas afins. É nesse contexto que serão analisados neste trabalho o debate conceitual sobre os movimentos sociais; a perspectiva história do movimento LGBT norte-americano e brasileiro enquanto expoentes de uma militância expressiva e a articulação dos debates nos organismos internacionais.

A visibilidade internacional dada aos fatos que integram a temática LGBT apenas reforça o destaque que a causa tem tomado na contemporaneidade. Com a aceleração do processo globalizante e o desenvolvimento de instituições supranacionais, o mundo parecia estar caminhando para uma “aldeia global”, onde as barreiras estatais seriam minimizadas e os direitos seriam estendidos a todos (IANNI, 1992). É essa “aldeia” que possibilita as trocas culturais, políticas e sociais como resultado do processo de globalização, de maneira que o ativismo transnacional passasse a integrar pessoas em diferentes localizações geográficas em torno de objetivos comuns e em frequentes articulações com a esfera local. Portanto, buscou-se reunir informações com a proposta de responder as seguintes questões: Quais os fatores que possibilitaram a internacionalização do movimento LGBT? E Qual a importância da internacionalização para a causa LGBT?

Com o surgimento dos movimentos identitários, novos temas passaram a fazer parte das agendas dos movimentos sociais. A repressão à liberdade sexual e as violações por questões de gênero, orientação e identidade, foram motivações para que esses movimentos passassem a integrar os chamados movimentos transnacionais a fim de dar visibilidade às suas causas e provocar uma ruptura nos padrões opressores.

O processo de globalização vivenciado nas últimas décadas contribuiu para a internacionalização dessas agendas e a intensificar as trocas de informações, assim como, a diminuição do tempo e espaço enquanto barreiras. As violações aos direitos LGBTs registrados seja nos EUA, no Brasil ou em outros países, foram maximizadas com o desenvolvimento de um ativismo protagonista. As manifestações nos grandes centros urbanos, a luta pela desmistificação da AIDS como uma “peste gay”, o surgimento das áreas liberadas (CASTELLS, 2002) e a intensificação do discurso político, resultaram no ganho de representatividade internacional.

Para Herz (2015), os movimentos sociais transnacionais são formados por grupos de pessoas que passam a lutar pela transformação do status quo, agindo de forma pacífica e se desenvolvem em torno de objetivos em comuns. Na tentativa de compreender o papel sociopolítico do movimento no seu contexto histórico e atual, o presente trabalho tem por objetivo analisar os fatos que levaram à internacionalização e ao fortalecimento das lutas LGBTs no mundo, buscando assim, descrever, compreender e explicar a precisão das relações entre o global e o local no que cerne os movimentos sociais que lutam por esta causa. Ainda que os movimentos LGBTs tenham ganhado relevância em âmbito internacional, ainda é tímido

o seu reconhecimento enquanto um ator no âmbito das Relações Internacionais, aspecto enfatizado por esse trabalho. Este trabalho quer contribuir para a produção do conhecimento sobre a temática, de maneira a enfatizar a importância do movimento para a disseminação dos Direitos Humanos na sua internacionalidade.

É importante enfatizar que o tema deste trabalho reflete os atuais debates sobre Direitos Humanos. O reconhecimento dos direitos LGBTs saiu do espaço privado e assumiu relevância pública, ganhando visibilidade e destaque dentro da sociedade civil e nas discussões políticas. Trata-se de reconhecer o conflito social que existe e os danos causados em decorrência da invisibilidade social, ou seja, o não-reconhecimento dos LGBT enquanto detentores de direitos. Compreender o movimento LGBT como exemplo de associativismo, resulta na emergência de mudanças sociais com o objetivo de (re)construir identidade, reivindicar ampliação do espaço social e a participação política nas Relações Internacionais.

1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS TRANSNACIONAIS: O DEBATE TEÓRICO SOBRE OS TRADICIONAIS E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Com o reaparecimento de atores não estatais e o surgimento da ideia de sociedade civil global nas Relações Internacionais dos anos de 1990, é percebida uma ampla discussão sobre os processos da globalização e as mudanças advindas por ela no sistema internacional. O discurso da sociedade civil “globalizou-se”. Conceito muito usado atualmente por políticos, acadêmicos e ativistas em todo o mundo, o termo “sociedade civil” é invocado para tudo, designando desde empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais (Cohen, 2003: 419).

Segundo Kardor (2003), a primeira interpretação dada à ideia de sociedade civil global estaria na associação aos novos movimentos sociais que emergiram após 1968 e o surgimento de redes transnacionais de ativismo na década de 90. Esses movimentos passaram a integrar pessoas de todas as partes do globo em torno de valores e objetivos similares, dando forma a um ativismo global. Na contemporaneidade, o ativismo em prol da justiça global, se desenvolveu sobre importantes ações políticas internacionais (SMITH, 2007). É por meio dessas ações em escala global e atuando em redes que os movimentos sociais conseguem conectar indivíduos e fortalecer a sociedade civil, representando uma real possibilidade de transformação das estruturas sociopolíticas atreladas a constante busca por direitos e conquistas sociais.

O debate internacional acerca dos movimentos sociais tem sido analisado por muitos teóricos que buscam explicar como os movimentos se internacionalizam. Nesse contexto, as produções sobre movimentos sociais passaram a ser compreendidas a partir de duas grandes matrizes conceituais. A primeira corrente analisa os movimentos sociais a partir da vertente marxistas, de maneira a compreendê-los e identificá-los sob a perspectiva marxista da luta de classes, o que confere a eles a alcunha de movimentos sociais tradicionais (CASTELLS, 1974). A segunda, sustentada pela teoria da ação social, compreendido como novos movimentos sociais, tem como expoente por Alain Touraine.

Os movimentos sociais tomados como tradicionais têm o fator de classe como identidade e engajamento. Os movimentos que se articularam em práticas coletivas e passaram a questionar “a ordem capitalista através das contradições específicas da problemática urbana” (CASTELLS, 1974, apud DURIGUETTO, 2001, p. 68).

Desde o marxismo, interpretava-se os movimentos sociais com expectativas e reservas: por um lado, como fenômeno coletivo para impedir o colapso do capitalismo e, por outro lado, como fenômeno de mobilização, tendo em vista sua substituição

pelo socialismo. Para os marxistas, os movimentos sociais são expressões coletivas de descontentamento social e de transformação social. (VIDAL, 1997, apud SILVA, 2001, p.17).

O Estado estava diretamente atrelado ao capital monopolista². Daí a importância dos movimentos como elementos capazes de pressionar o Estado no encontro com os anseios populares, visando à transformação da sociedade por meio da superação do capitalismo. Nessa análise feita, os movimentos sociais seriam os colaboradores para o caminho democrático que proporcionariam uma nova cidade e sociedade. “O Estado democrático torna hoje possível, mesmo no âmbito do capitalismo, decisivos avanços em seu seio por parte das forças socialistas. Isto porque o Estado não é uma entidade autônoma das classes, alheio à sociedade civil, e sim sua expressão” (CASTELLS, 1980, p. 27).

Por outro lado, Touraine (1991), em sua análise sobre os movimentos sociais passa a reconhecer o indivíduo na ação coletiva da sociedade, partindo da esfera da cultura e as mudanças a partir da ação individual. Nessa perspectiva, o sujeito seria um corpo heterogêneo, coletivo e não hierarquizado, mudando a forma de fazer política e valorizando as práticas sociais. Para o autor, os movimentos sociais seriam o ator mais importante para a concretização das mudanças sociais.

O autor propôs três princípios que identificam um movimento social: o de identidade, o de oposição e o de totalidade. A identidade se refere ao modo como o ator define a si próprio. A oposição, quando “o ator se sente confrontado com uma força social geral num embate que coloca em causa orientações gerais da vida social” (BASTOS, 1983, p. 105). Já o princípio da totalidade seria a própria ação. De acordo com esses elementos, Touraine vai definir movimentos sociais como todas as manifestações de organizações coletivas que se desenvolvem baseados na prática social consciente e com fins de acarretar mudanças sociais.

O sentimento de injustiça compartilhado pelos sujeitos, serviria de motivação para as mobilizações e reações diante das injustiças. Esse contexto seria o responsável pelo surgimento de uma identidade comum que favoreceria as ações coletivas. De acordo com Martins (1992, p. 52) “sem que haja um sentido moral compartilhado não existe ação concreta. Intencionalidade, motivação e troca intersubjetiva são os elementos motrizes da ação”.

Touraine (1991) enxerga os movimentos sociais como conflitos de grupos que atuam em redes sociais e simbólicas, resultando em uma vontade coletiva. A atenção dos movimentos se deslocou do conflito do capital e trabalho que caracteriza os “velhos movimentos sociais”, e passa a se apropriar dos significados simbólicos e da subjetividade (REIS, 2000). Os novos movimentos sociais expressam um “Sistema onde se percebe um deslocamento das lutas: não mais em nome do proletariado, mas em nome de coletividades, onde há uma diferenciação entre as instâncias econômica, política e ideológica” (REIS, 2000, p. 21).

Os novos movimentos sociais nascem no final do século XX em decorrência das mudanças e transformações sociais, culturais e políticas. Compreende-se que os novos movimentos sociais extrapolam a questão do conflito de classes e incorporam novas reivindicações de minorias étnicas, culturais e identitárias (LACLAU, 2008). Segundo Gohn (2005), o movimento LGBT se enquadra nos “novos movimentos sociais”, uma vez que integra as ações coletivas chamadas de movimentos identitários que lutam por direitos. Esses mesmos movimentos possuem um caráter sociopolítico e cultural que permite que os grupos, comunidades e populações possam expressar e organizar um “projeto político” que embase seus

²O capitalismo monopolista é resultante de um processo de grande aumento da indústria e também da concentração da produção em empresas que se tornam cada vez maiores, e que, ao alcançar seu mais alto nível de desenvolvimento, necessitam da reunião – numa só empresa – dos mais diferentes ramos industriais combinados. Criam-se, portanto, os monopólios. O surgimento dos monopólios é uma lei geral que identifica o chamado estágio superior do capitalismo, ou melhor, o imperialismo como fase superior do desenvolvimento capitalista mundo-afora (LENIN, 1977)

objetivos e ações. Esses movimentos trazem consigo perspectivas valorativas, que buscam a democratização social, mudanças de longo prazo e a participação da sociedade civil como agente das reivindicações sociais (ALONSO, 2009). Com todas as mudanças no cenário social e a inserção de novos atores não estatais, surgem novos temas para as agendas sociais e políticas, destacando-se nesse contexto, o debate acerca da sexualidade (TAQUES, 2007).

Esses novos movimentos sociais demandaram atendimento às suas especificidades culturais, o respeito às suas identidades e às suas diferenças, e políticas que considerem o lado subjetivo das ações humanas – seus desejos, sentimentos, sonhos e emoções e não apenas carências materiais; políticas que resgatassem a autoestima dos indivíduos e o sentimento de pertencimento a uma dada comunidade (GOHN, 2005, p.76).

Eles trabalham em prol do reconhecimento de direitos, sejam eles sociais, culturais e/ou civis. O que os diferencia dos demais, é que não estão mais concentrados em sindicatos ou partidos políticos, mas sim, no conjunto de indivíduos integrados a uma comunidade de similares valores e identidade. De acordo com Jeffrey Weeks, tem havido um “Ativo repensar da política, sob o impacto dos novos movimentos sociais e da política e identidade da geração passada, com suas lutas em torno da raça e da etnia, do gênero, da política lésbica e gay, do ambientalismo e da política do HIV e da AIDS.” (WEEKS, 1994, p.4)

Esses movimentos passaram a questionar as políticas tradicionais sustentadas nas classes sociais, passando a dirigir-se às identidades particulares dos seus integrantes. A política de identidade passou a definir esses novos movimentos sociais em uma nova perspectiva, na qual concentrava-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem aos grupos marginalizados e oprimidos (HALL, 2014). “Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica” (HALL, 2014, p. 35).

Os novos movimentos sociais têm apresentado frequentes questionamentos acerca de duas concepções que determinam o caráter fixo da identidade: 1) O chamado “reducionismo de classe”, baseado na análise que Marx fez, considerando que as relações sociais são determinadas pela base material da sociedade. Assim as questões de gênero estariam “deduzidas” das posições de classe social; e 2) os novos movimentos sociais passaram a questionar o essencialismo da identidade e sua fixidez como algo “natural” (HALL, 2014). A política de identidade “é uma luta entre sujeitos naturais; é uma luta em favor da própria expressão da identidade, na qual permanecem abertas as possibilidades para valores políticos que podem validar tanto a diversidade quanto a solidariedade” (WEEKS, 1994, p. 12).

Esses Movimentos se apropriaram do termo sociedade civil global e construíram a concepção de ativismo, nos quais frequentes questionamentos são feitos relacionados à paz, ao gênero, aos direitos humano e ao meio ambiente (KALDOR,2003). O surgimento das redes transnacionais e de movimentos antiglobalização contribuiu para a popularidade do termo.

A sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. Esses níveis ora são expressões de interesses mais restritos, mais específicos, mais particularizados ou localizados, ora referem-se à articulação de constelações mais amplas, mais universais ou mais globalizadas (SCHERER-WARREN, 2012, p26).

A inserção da ideia de uma sociedade global é fruto da produção dos novos discursos que passaram a ressaltar as alterações do sistema internacional e nos processos de globalização (MISHRA,2012). A sociedade civil global permitiu que houvesse a possibilidade de expansão da ação social e passou a ser reconhecida por sua esfera de múltiplos canais de ação

transnacional, que passam a se interconectar para além da esfera local, criando “Comunidades imaginárias” com alcance regional ou global (BENESSAIEH, 2011).

Conforme Castells (2008) existem quatro categorias de sociedade civil. A primeira delas é a sociedade civil local, que dedica seus esforços para limitar os efeitos da globalização em sua comunidade. A segunda categoria são organizações não governamentais, que atuam sobre referências internacionais. A terceira são os movimentos sociais transnacionais, que produzem redes em prol de objetivos comuns. E a última categoria são os movimentos de opinião pública, que surgem em períodos de incertezas no sistema midiático e acompanham a ascensão de mídias alternativas. A sociedade civil global nasce não como uma estrutura, mas como um conjunto de atores internacionais que trabalham no monitoramento de questões que estão fora do controle de cada Estado (TEIXEIRA, 2001). Esses atores apresentam sua relevância na medida em que capacitam indivíduos, grupos e organizações para se engajarem nas diversas questões transfronteiriças e para redefinir a ordem global.

Os movimentos sociais transnacionais ou globais conformam a Sociedade Civil Global e são compreendidos pelas Relações Internacionais e pelas Ciências Sociais enquanto movimentos cuja origem remonta de uma localidade e se vincula a outras regiões superando os limites do estado nacional. As conexões transnacionais entre ativistas e movimentos que ultrapassam os limites geográficos são compreendidas pelas RIs por meio da assunção do papel dos atores não estatais.

Com o advento da globalização, os movimentos sociais passaram a se utilizar de ferramentas fornecidas pela Era da informação e pela revolução tecnológica. Com isso, as ações passaram a ultrapassar os limites das fronteiras e a representar a insatisfação de uma sociedade civil global. De acordo com Della Porta e Tarrow (2005), uma corrente de pesquisas sobre movimentos sociais, têm identificado três etapas no processo de transnacionalização desses movimentos: 1) difusão; 2) domesticação e 3) externalização. A difusão representa a disseminação das ideias e práticas dos movimentos de um país a outro; a domesticação, é o processo de internalização em território doméstico dos conflitos que tiveram origem fora; e externalização, representa o desafio enfrentado pelas instituições supranacionais em intervir em problemas e conflitos domésticos.

Os movimentos sociais passaram a sofrer processos de transnacionalização por meio das ações coletivas transnacionais. Eles apresentam novos meios de organização que alguns autores chamam de redes submersas de grupos, pontos de encontros e circuitos de solidariedade. Essa característica registra o fenômeno das ações coletivas em redes (MELUCCI, 2001). Os ativistas que antes atuavam em causas distintas, agora passam a estabelecer conexões em torno de temas em comuns. O clamor de um grupo local passa a ultrapassar a dimensão local, alcançando o internacional, o transnacional e o global.

Diani (2005) classifica como globais as questões que de alguma forma estão relacionadas ao advento da globalização. O termo global também é associado pelo autor aos temas frequentemente tratados pela agenda dos “novos movimentos sociais”, incluindo meio-ambiente e gênero. O ator coletivo apresenta-se nesse contexto de forma dupla: como aquele que sofre os impactos do processo global; e como aquele que age ou reage em circunstâncias globais. De acordo com Smith (2007), os movimentos se organizam em torno de questões que necessitam de respostas internacionais para sua solução ou para a ampliação dos debates. E os avanços tecnológicos contribuíram com a consolidação de uma estrutura descentralizada dos movimentos sociais e a ampliação das vozes dos marginalizados (SMITH, 2007).

[...]o global não é um domínio em si mesmo, separado do regional, do nacional, do provincial, do local e do familiar. Não existe nenhuma circunstância puramente global, apartada de outros espaços, assim como nenhum domínio familiar, local, provincial, nacional ou regional estão selados de outras arenas geográficas (Scholte, 2002, p.27).

A transnacionalidade pode ser considerada como uma forma de integração de uma realidade sociopolítica, ausente de uma realidade territorial, que apresenta outros níveis de integração por meio de um eixo transversal. Os processos de globalização passaram a contribuir significativamente com a relação da esfera local com a global, permitindo o surgimento de identidades em âmbito internacional. Essas “novas identidades” passaram a ser reconhecidas pelos autores como a construção do espaço político global e multidimensional, a formação de uma cidadania global e o realinhamento da democracia para além das fronteiras nacionais (VIEIRA, 2001).

No caso do movimento LGBT, é identificado que o processo de transnacionalidade ocorre inicialmente nos grandes centros urbanos, nas chamadas “cidades globais”. Inicialmente esse termo foi utilizado por Patrick Geddes (1915), e foi um conceito associado integralmente a questões econômicas. Mas foi Hall (1997) que vai trazer uma ampla interpretação ao conceito, que muito irá contribuir para a compreensão da globalização e seus impactos, o que inclui os movimentos sociais transnacionais.

São centros de poder político, tanto nacional como internacional, e de organização governamental; centros de comércio nacional e internacional, agindo como entrepostos para seus países e às vezes para países vizinhos; ainda, centros bancários, de seguros e serviços financeiros em geral; centros de atividade profissional avançada, na medicina, no direito, em estudo avançado, e de aplicação de conhecimento científico na tecnologia; centros de acúmulo de informação e difusão através da mídia de massa; centros de consumo sejam de artigos de luxo a uma minoria ou de produtos de produção em massa; centros de artes, cultura, entretenimento e de atividades auxiliares relacionadas (Hall, 1997).

A forte influência de cidades como Nova York e São Francisco na internacionalização da causa LGBT, assim como, São Paulo e Rio de Janeiro foram peças fundamentais para a domesticação do movimento no Brasil, e expresso a concepção de Friedmann, de que não mais será possível explicar os fenômenos econômico-político-sociais de regiões locais sem pensar em uma visão global dos fatos e repensando as relações das cidades entre si e sua importância para o mundo (FRIEDMANN, 1982).

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA DO MOVIMENTO LGBT NORTE-AMERICANO E BRASILEIRO.

A partir de uma perspectiva histórica, analisa-se os marcos da luta dos movimentos LGBTs, nos EUA e no Brasil, que buscaram transformar temáticas e problemas característicos da comunidade em assuntos de ordem pública, tentando assim, acarretar mudanças significativas nas esferas do direito e da cidadania. No intuito de compreender o movimento LGBT como um ator internacional, partiu-se da premissa teórica dos movimentos sociais globais e da Sociedade Civil Global. Os casos norte-americano e brasileiro evidenciam os principais marcos que fazem da causa LGBT um debate que extrapola as fronteiras nacionais, como será verificado na análise a seguir.

O movimento que defende os direitos dos homossexuais teve início na Europa, no início dos anos de 1960, tendo como objetivos a não criminalização da homossexualidade e a luta pelo reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais. Foi apenas a partir da década de 1960, no entanto, com a explosão dos movimentos sociais de minorias (étnicas e sexuais) e com o fortalecimento dos estudos de gênero, que se verifica a organização na luta por direitos de igualdade em todo o mundo.

É emblemática nesta luta a Revolta de Stonewall, ocorrida em Greenwich Village, bairro nova-iorquino, em 27 de junho de 1969, quando por três dias pessoas LGBT resistiram a mais uma ação policial violenta no “The Stonewall”, um bar gay. Na literatura sobre o tema, os motins de Stonewall são vistos como o ato inicial do movimento de libertação gay e um ponto de viragem na história da vida gay nos Estados Unidos e no mundo (DUBERMAN 1993). A partir daí o movimento ganhou ampla dimensão e visibilidade, principalmente nas grandes cidades. Segundo Castells (2002), em 1960, havia cerca de 50 organizações que lutavam pelos direitos LGBTs em todo o território americano; em 1973, esse número passa para 800. Assim, os pesquisadores comumente dividem a história gay em duas épocas — “antes de Stonewall” e “depois de Stonewall” (D’EMILIO 1983).

Estatisticamente, Nova York e Los Angeles abrigavam as maiores populações gays, porém São Francisco era o local onde se concentrava uma comunidade gay organizada e politizada, que ao longo dos anos seguintes transformou a cidade em seu espaço, influenciando a cultura e política local. Este movimento foi unificado em torno de “um radical e revolucionário político-social objetivo que permitisse a livre expressão do amor sem estigmas sociais ou de opressão política” (MEYER, 2003, p. 139). Para Castells (2002), as populações gay e lesbiana em São Francisco representavam 17% dos residentes adultos da cidade no início da década de 1980, e analisando o alto índice de comparecimento às urnas, chegavam a representar cerca de 30% do número total de eleitores nas eleições municipais, o que possibilitou o engajamento político e as primeiras conquistas em prol da comunidade.

Essa forte presença permitiu que gays e lésbicas se organizassem politicamente, exercendo influência na governança local. A concentração territorial é uma marca da cultura LGBT nas grandes cidades dos EUA, o que ocorre por dois motivos: 1) conseguir visibilidade; e 2) obter proteção. De acordo com Wirth (1987), as minorias tendem a se segregar no espaço urbano, criando áreas de moradia e satisfação das necessidades de seus indivíduos, fortalecendo os laços de solidariedade. Harry Britt, líder político dos gays de São Francisco, afirmava que: “Quando os gays estão dispersos, não são gays porque são invisíveis”. (CASTELLS, 2002, p. 252.).

A região de Castro, como é conhecida, foi criada como um bairro tradicional de operários que apresentava fortes características de decadência e abandono. Foi então que gays de todas as partes do país revitalizaram a região com lares gays, estabelecimentos gays, empresas de reforma gays, bares, escolas, pequenos comércios e empresas dirigidas por gays. Toda essa concentração tinha como único objetivo, a de formar uma vizinhança que pudesse chamar de sua, na qual todos estivessem protegidos e cercados de pessoas que compartilhassem dos mesmos valores e ideais (CASTELLS, 2002).

Mas esse crescimento demográfico e territorial da comunidade gay foi também conduzido por ações políticas direcionadas, em especial pelo protagonismo do histórico líder da comunidade gay em São Francisco, Harvey Milk. Harvey foi para São Francisco em 1969, após largar o emprego de Analista financeiro em Nova York. Em São Francisco residiu na Rua Castro, onde abriu um estabelecimento fotográfico, conhecida como a Castro Câmera.

Harvey com sua visão analítica acerca dos problemas que estavam se apresentando para os gays da região, decidiu implantar um plano de desenvolvimento, transformando a região do Castro de uma simples comunidade gay em uma comunidade de negócios (STRYKER, 2004). Sob sua liderança empreendedora implantou a filosofia dos negócios gays, na qual “gays compram de gays”, fortalecendo assim não só os negócios, mas também o ideal de transformar a Castro a *gay home*, na qual os gays pudessem estabelecer residência e construir suas vidas. E essa transformação também permitiu que as atividades políticas em prol da comunidade ganhassem espaço, com o lema “gays também votam em gays” (CASTELLS, 2002).

Harvey Milk decidiu se candidatar a vereador da cidade de São Francisco em 1973, mas não foi eleito. Contudo, a atuação de sua liderança não se limitou ao resultado das urnas, o

mesmo continuou fortalecendo as ações políticas em prol da comunidade, transcendendo não só temas relacionados aos grupos LGBT, mas ao contexto político-urbano no geral. Foi então que, o atual senador liberal, George Moscone, foi eleito prefeito de São Francisco em 1975, e com o interesse de conseguir o apoio da comunidade gay, que já era bastante expressiva, convidou Milk para assumir um posto de importância na administração da cidade. Mas os planos de Milk de se tornar vereador da cidade persistiram, e em 1977, Harvey Milk foi eleito.

Entretanto, no dia, 27 de novembro de 1978, Milk e o prefeito Moscone, foram assassinados por um vereador conservador da cidade que após matá-los se entregou a polícia. Segundo relatos, Dan White se tornou inimigo de Milk após o mesmo enfraquecer alguns projetos de campanha de White. A morte de Harvey não enfraqueceu a comunidade LGBT em São Francisco, muito pelo contrário, o movimento ganhou ainda mais força, dando continuidade ao legado de Milk.

Com a morte do então prefeito, a senadora democrata Dianne Feinstein, assume o posto e nomeia um novo líder gay, Harry Britt, que mais tarde também foi eleito vereador. Ano após ano, a representatividade gay aumentava na cidade, seja no campo político, dos negócios ou social. Em 1996, a comunidade gay foi a grande responsável em eleger para prefeito o líder também democrata Willie Brown, que entre suas primeiras ações, decidiu selar compromisso em respeitar e aumentar os direitos, cultura e participação gay na sociedade em São Francisco.

Contudo, a comunidade gay dos anos de 1990 não era mais a mesma de antes. Em virtude da epidemia da AIDS registrada no início dos anos oitenta e seguintes, cerca de 15 mil pessoas morreram em São Francisco em consequência da AIDS e muitas outras foram identificadas como portadoras do vírus HIV (CASTELLS,2002). Esse contexto fez com que a comunidade LGBT em São Francisco adotasse uma postura que se tornou notável em todo o mundo em prol da prevenção, ajuda e iniciativas políticas focadas no controle da epidemia (D'EMILIO, 1983).

Para Castells (2002), o movimento gay de maior importância, foi o movimento anti-aids nos anos 80 e 90, nas quais adotaram medidas para ajudar os doentes e encontrar ferramentas para impedir a propagação, como o programa de educação preventiva, criado para demonstrar à comunidade os procedimentos de um sexo seguro. Esse foi um exemplo da atuação desses movimentos que obtiveram resultados significativos no que concerne aos números de portadores.

Os reflexos dessas ações logo apareceram nos anos 90. A incidência de portadores do vírus HIV tanto em São Francisco quanto na Califórnia, em geral é muito maior na população heterossexual, em relação ao número de portadores gays, que verifica uma diminuição significativa. A pressão dos militantes do movimento LGBT em São Francisco foi o grande responsável pelos avanços das pesquisas e o desenvolvimento de medicamentos que pudessem contribuir com o controle do vírus (MISKOLCI, 2011)

Com o surgimento do vírus da HIV, o movimento travou fortes batalhas em todo o mundo, talvez uma das mais difíceis em sua história, que seria a dissociação da AIDS como uma doença causada pela homossexualidade ou pelo sexo no geral. O rompimento desses mitos foi uma das maiores contribuições que o movimento LGBT, partindo de São Francisco, concedeu para a humanidade. Tais contribuições impediram não só que mais um crime contra a humanidade fosse cometido, como se cogitava, qual seja, o confinamento de todos os detectados como portadores do vírus a partir do reconhecimento de que a epidemia da AIDS se trata de problema de saúde pública e não de comunidades específicas.

Com a epidemia, muitas transformações na comunidade gay de São Francisco aconteceram, entre elas, os padrões de relacionamentos sexuais, que se tornaram mais estáveis, como forma de direcionar a sexualidade para maneiras mais seguras de amar. Os anseios de formar família com a presença dos filhos tornaram-se um dos maiores desejos na comunidade

LGBT e os relacionamentos monogâmicos passaram a predominar as relações homoafetivas (CASTELLS, 2002).

Segundo Rosenvald (2010), as novas formas que constroem a sociedade contemporânea rompem, com a concepção tradicional de família. Sendo isso, possível graças ao contexto social mutável que vivemos frutos das novas conquistas da humanidade e descobertas científicas, não havendo mais espaços para valores de um passado distante. Nessa nova conjuntura, o movimento começa a ganhar novos objetivos e caráter, a busca constante pelo reconhecimento da família homoafetiva, registra mudanças significativas. Se antes a luta era pela libertação sexual, conquistas de direitos e o reconhecimento do indivíduo LGBT na vida em sociedade; agora persegue-se o reconhecimento das novas formas de família e a garantia dos direitos comuns à família patriarcal.

2.1 O Movimento LGBT no Brasil

Segundo Facchini (2005), o movimento homossexual brasileiro como era inicialmente conhecido é dividido historicamente em dois períodos ou propriamente duas ondas, que foram elas entre as décadas de 1970 e 1980. É importante ressaltar que o movimento LGBT vinha registrando mobilizações internacionais desde a década de 60, e em especial após o marco de Stonewall. Esse fator fez com que uma rede de apoio se espalhasse pelos centros urbanos, chegando às grandes cidades do Brasil.

A realidade brasileira dos anos 1970 foi fundamental para construção do movimento LGBT, mais especificamente em 1978. A organização e o reconhecimento foram elementos decisivos que fortaleceram a visibilidade e o ativismo que imprimiu sentido e significado ao movimento, construindo uma força sociopolítica aos grupos e ações coletivas e gerando novos valores e uma nova cultura política (GOHN, 1995).

Para Mendes (2010), essa visibilidade se deu principalmente graças ao caráter revolucionário que o movimento ganhou com os últimos anos de ditadura. Uma rede de apoio se expandia e ganhava mais adeptos. Caetano Veloso, cantor e compositor, após seu retorno do exílio na Inglaterra, em 1972, subiu ao palco e imitou Carmen Miranda como forma de protesto. Já o grupo teatral, Dzi Croquettes, misturava elementos masculinos e femininos em suas apresentações. Essas manifestações artísticas em apoio à liberdade sexual e de gênero foram as grandes influenciadoras do chamado de “saída do armário” de boa parcela da comunidade gay. Nesse momento, todas as ações e iniciativas que ganharam repercussão são registrados no eixo Rio-São Paulo (MACRAE, 1990).

No final dos anos 70, com o início da “abertura” política que registrava o fim da ditadura militar, surgem os primeiros militantes do movimento LGBT, que apoiados pelo movimento feminista e o movimento negro, propuseram novas transformações sociais nas quais estava atrelada a ruptura dos padrões opressor de gênero e na luta contra a repressão sexual. É nesse cenário que nascem os primeiros grupos de mobilização LGBT no Brasil: O grupo Somos, de São Paulo, e o jornal carioca *Lampião da Esquina*. Esses elementos e fatos foram reconhecidos como a primeira onda (FACCHINI, 2005).

2.2 O Jornal *Lampião da Esquina*

De acordo com Mott (2001), a criação do *Jornal Lampião da Esquina* tornou-se a primeira ação política do movimento gay no Brasil. O advogado João Antônio Mascarenhas ao ler alguns folhetos acerca da libertação gay na Inglaterra, decidiu assinar o *Jornal Gay Sunshine*, editado em São Francisco. João era o único assinante do *Jornal* na América Latina. Foi quando Winston Leyland, editor do jornal, decidiu escrever uma matéria sobre escritores homossexuais na América Latina e pediu a ajuda do Mascarenhas que o hospedou e atuou como coordenador

da sua pesquisa, agendando entrevistas com a imprensa e intermediando o contato com os escritores convidados (HOWES, 2003).

A iniciativa tomada por Mascarenhas foi o propulsor da fundação do movimento homossexual no Brasil. Ainda no período da ditadura, o jornal *Lampião da Esquina* foi fundado e tornou-se um marco na luta contra a intolerância por questões de gênero e orientação sexual e em prol dos direitos civis. O jornal manteve suas atividades de 1978 a 1981, totalizando cerca de 38 edições.

Para João Silveira Trevisan, escritor do jornal, que concedeu uma entrevista para Ana Ignácio (2011), um dos fortes motivos que levaram o jornal a fechar suas portas, foi a conjuntura política vivida no Brasil entre 1978 e os primeiros anos de 1980, sem mencionar a censura e os grupos em favor da ditadura que trabalhavam arduamente contra a venda do jornal nas bancas de revistas espalhadas pela cidade do Rio.

O jornal tentou atingir um público diversificado e com muitas particularidades. A identidade do seu público pode ser percebida pela diversidade de assuntos que o jornal abarcou. Tratava de bichas, gueis, entendidos, viados, homossexuais, travestis, negros, mulheres, feministas, ecologista, etc. A proposta de criar uma consciência homossexual assumir-se e ser aceito, foi o desenvolvido no *Lampião da Esquina* por meio de denúncias, opiniões e reportagens. Nesta perspectiva, o jornal procura muito mais por uma identificação com aquele que lê, do que afirmar uma identidade monolítica (RODRIGUES; VICTORIO FILHO, 2011)³.

O jornal ao assumir visibilidade nacional enfrentou alguns processos na justiça, mas muito, além disso, vivenciou uma perda de identidade decorrente da tentativa de publicação de materiais pornográficos. Bernardo Kucinski (1991, p. 73) afirma que o “*Lampião de Esquina* começou elegante e terminou pornográfico”. Além da questão pornográfica, outro motivo que contribuiu para o encerramento das atividades foram os custos de produção, uma vez que isso implicava na incapacidade de se posicionar perante o mercado editorial. Na concepção de Júlio Assis Simões e Regina Fachinni (2009, p. 110), “[...] no momento em que encerrou suas atividades, o jornal parecia mergulhado num vácuo: tinha abandonado o teor contestatório sem conseguir assumir as características de uma publicação voltada ao consumo”.

Mascarenhas e o *Lampião* foram elementos decisivos na visibilidade da comunidade e do movimento LGBT, sua contribuição transcendeu uma época na qual a censura e repressão se alojavam em uma sociedade oprimida. Sua atuação permitiu que novos grupos, militantes e mobilizações, pudessem alcançar dimensões nacionais em prol da tolerância e da igualdade.

2.3 O Grupo SOMOS

O Grupo SOMOS fundado em São Paulo, em maio de 1978 foi oficialmente a primeira instituição de defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil. Em princípio, o grupo era conhecido como “Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais” posteriormente, passou a ser chamado de SOMOS. A escolha do nome se deu na tentativa de afastar as críticas e comparações que pudessem surgir em relação ao modelo de militância norte americano⁴(OLIVEIRA, 2012).

A ideia proposta pelo grupo era a de construir um espaço na qual os LGBT pudessem se encontrar, sem serem os locais de encontro tradicionais, a exemplo das boates, saunas,

³RODRIGUES, José Luís Pinto; VICTORIO FILHO, Aldo. Repaginando identidades – o caminho da imprensa gay nacional.

⁴O Grupo brasileiro surgiu com o nome de “Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais”, posteriormente adotaria a denominação “Somos”. A escolha do nome visava ser um atrativo para novos membros. Assim, evitaram denominar com o vocábulo “gay” para afastar críticas que o ligasse ao modelo de militância norte-americana.

parques etc. A instituição passou a desenvolver trabalhos não só no campo da autoestima LGBT, mas também na atuação política. Para tanto, o SOMOS estabeleceu comissões de atividades nas quais desenvolvia trabalhos pontuais em prol da comunidade LGBT. Foram cinco áreas⁵ de atuação:

1. Aglutinação (correspondências, recepção e reconhecimento);
2. Estudos (Boletim “O Corpo”);
3. Sede (finanças, clube de cinema, biblioteca e festas);
4. Expressão não verbal (teatro);
5. Divulgação externa (intercâmbio, meios de comunicações e debates).

O grupo começou a obter um crescente número de filiação após as frequentes participações em debates e seminários promovidos pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). Em maio de 1981, o SOMOS celebrava três anos. Nos anos que se seguiram, o ativismo do grupo atrelado ao avanço nos debates públicos acerca da homossexualidade, ganhou expressividade. A realização de passeatas, reuniões e encontros aconteceram em todas as regiões do país e serviu para demonstrar que o movimento homossexual começou a tomar forma após as ações do Jornal Lampião e do SOMOS.

A crise econômica de 1982-1983, acabou por enfraquecer a instituição, que se viu incapaz de arcar com os custos da estrutura e com o desemprego que atingiu a seus membros, forçados a encontrarem outras formas de sobrevivência (GREEN, 2000). No entanto, verifica-se que o SOMOS já nasceu como um movimento social em torno da causa homossexual e tendo clara uma estratégia de atuação.

A segunda onda do movimento foi na década de 80, quando a visibilidade pública da homossexualidade aumentou ainda mais. Nesse momento o mundo inteiro se deparava com a epidemia da AIDS e a uma abertura dos canais de comunicação entre o movimento e o Estado. Os grupos e movimentos iniciam suas atividades em outras regiões do Brasil fora do eixo Rio-São Paulo, como é caso do grupo Gay da Bahia. Os grupos de ativismo estavam engajados não só em desenvolverem atividades comunitárias de conscientização, mas também, garantir mudanças significativas na sociedade e fortalecer o debate na esfera governamental a fim de diminuir a discriminação contra homossexuais. Esse contexto é compreendido pelos pesquisadores como a segunda onda (FACCHINI, 2005).

Com o surto de HIV/AIDS na década de 80, o movimento construiu sólidas parcerias com o Estado com o objetivo de garantir melhor assistência a população LGBT vítimas do vírus. Foi realizada uma série de ações no âmbito da saúde pública e assistência social, que permitiu um fortalecimento do movimento no Brasil. É perceptível, que nesse período muitas, associações e grupos gays foram fundados com a ajuda de investimentos advindos do Estado e em parcerias com instituições internacionais (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

O sucesso das iniciativas gays contra a AIDS permitiu não só um crescimento expressivo do movimento LGBT, como também uma sequência de alianças com o Estado. Esse espaço conquistado permitiu com que os LGBT não apenas reivindicassem os direitos relacionados a assistência e saúde quando relacionado a AIDS, mas também a educação, cultura, trabalho, Direitos Humanos e outros (MISKOLCI, 2011). Foi também a partir de 1980 que a questão da violência à comunidade LGBT passou a estar efetivamente na agenda do movimento.

2.4 O Grupo Gay da Bahia

Fundado em fevereiro de 1980, o grupo Gay da Bahia passou a acompanhar de perto as estatísticas de violência contra os homossexuais no Brasil. A elaboração de relatórios que

⁵Lampião da Esquina, v. 3, n. 25, junho de 1980, p. 8.

conseguissem mapear e explicar o cenário nacional acerca da temática LGBT e violência, foi o principal objetivo inicial do grupo. Atualmente o GGB como é conhecido, é o grupo mais antigo em atuação no Brasil. A instituição passou a ganhar mais evidência após liderar ações que demonstraram o ativismo protagonista praticado pelos membros. Foi o grupo que coordenou a campanha para a exclusão da homossexualidade do código de classificação de doenças do Inamps⁶ (FACCHINI, 2005) e protestos contra a Igreja Católica na visita do Papa João Paulo II ao Brasil (SAMPAIO, 2011), entre outros.

A identidade GGB segue a mesma linha do jornal “Lampião da Esquina” e “SOMOS”, e muito se assemelha com a militância norte-americana, e se apresentam muito mais avançados do que a experiência nacional. A organização de ações pontuais como as marchas, passeatas, atos públicos e protestos, registra essa maturidade sociopolítica (OLIVEIRA, 2012). Com o advento da AIDS, o GGB assumiu um papel importante, que foi desde o esclarecimento e divulgação de informações, como também se tornou um dos grandes interlocutores com o Governo Federal na esfera da saúde pública (TREVISAN, 2000). O grupo Gay da Bahia tornou-se uma referência na luta em prol dos LGBT, assim como, na promoção dos direitos civis e do bem-estar social, realizando frequentes ações e projetos em sua sede, em Salvador, na Bahia.

Segundo Mendes (2010), nos anos de 1990, as parcerias com o Estado e o combate a AIDS, levou ao aumento de grupos ativistas. Nesse momento destaca-se a atuação de lésbicas e de travestis, elevando a diversificação e a incorporação dos novos sujeitos ao movimento homossexual. Até 1995, o movimento apenas reconhecia na sua sigla os gays e lésbicas, MGL (Movimento de gays e lésbicas); após 1995 os travestis passaram a ser reconhecidos e incluídos na sigla de representatividade, GLT (Gays, lésbicas e travestis), e em 1999, os bissexuais e transgênicos são reconhecidos como parte da comunidade e entram para a sigla do movimento, passando pelas variantes de GLBT OU LGBT. Em 2008, na conferência nacional GLBT, fica definido o uso do termo LGBT, com o objetivo de aumentar a visibilidade do segmento de lésbicas (FACCHINI, 2009).

A existência dessas organizações foi essencial para o crescimento do movimento LGBT no Brasil. Construiu-se uma militância embasada na constante luta pelo reconhecimento e pela conquista de direitos, ressaltando a forte articulação com outras redes da sociedade civil que muito contribuíram para dar visibilidade a causa. Diferentemente de São Francisco, a luta LGBT chegou ao Brasil já com o caráter de movimento social e não de ação individual, embora seja a experiência individual que motiva os sujeitos a integrarem uma ação coletiva. Isso só foi possível porque o movimento Gay de São Francisco foi o pioneiro na luta organizada que resultou em muitas conquistas para a comunidade LGBT em São Francisco, e graças aos avanços conquistados por essa militância, a maneira de se fazer ações políticas e sociais puderam ser exportadas para o resto do mundo.

3. DE STONEWALL PARA O MUNDO: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT

A temática LGBT é frequentemente abordada nos organismos internacionais como um elemento essencial para o bem-estar de uma parcela significativa da população mundial que se autodeclaram LGBT. O sistema ONU tem realizado frequentes fóruns locais e internacionais abertos à participação da sociedade civil com o objetivo de debater e construir ferramentas que contribuam com a efetividade dos direitos e a construção de políticas públicas destinadas à comunidade. É importante ressaltar que a internacionalização dos movimentos acontece com o simples objetivo de dar visibilidade a conflitos sociais visando erradicar injustiças e acarretar mudanças sociais significativas, tudo isso através da atuação de uma sociedade civil global que,

⁶O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

articulada em redes de ativismo, conseguem transcender o local e dar visibilidade às suas causas e espaço na comunidade internacional.

A Revolta de Stonewall, episódio que aconteceu em 28 de junho de 1969 em Nova Iorque, é percebida como um marco na história da luta LGBT no mundo, uma vez que, permitiu pela primeira vez que um grande número de LGBT se reunisse em ato de resistência aos maus tratos sofridos. " Os objetivos e táticas dessa luta voltam-se também para o direito à identidade como LGBT, à identidade de associação, à visibilidade, à não-discriminação, à não-violação de Direitos Humanos". (BRONSKI, 1995, p. 35). Hoje a data é lembrada em todo o mundo, dando origem aos movimentos de celebração do orgulho gay. As primeiras cidades a terem sua população LGBT nas ruas em ato de protesto, foram as cidades norte-americanas: Nova Iorque, São Francisco, Chicago e Los Angeles. Cidades que possuem expressiva importância não só para os Estados Unidos, como também para a comunidade internacional, uma vez que exercem forte atuação nos meios de comunicação, transporte, cultura e finanças.

No Brasil, no mesmo período, o país estava mergulhado em uma ditadura militar com constantes repressões política e moral, mesmo com o surgimento das ideias dos movimentos de 68 e a contracultura que já se manifestava pela construção de um movimento político cuja grande missão estaria em lutar pelas minorias sexuais. O próprio movimento feminista no Brasil contribuiu para o desenvolvimento do que se tornaria o movimento LGBT brasileiro, assim como, auxiliaram os primeiros militantes a atrair a atenção do Estado para políticas públicas específicas destinadas ao grupo.

Foi com o crescente ativismo nas cidades globais dos EUA que o modelo de movimento LGBT chegou ao Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto cidades estratégicas para o país e também consideradas cidades globais, por exercerem relevância em âmbito doméstico e internacional, congregaram as primeiras iniciativas abertamente LGBT. Nesse período era percebida uma reorganização social que fomentava novas formas de relacionamentos e modelos de família, um cenário que possibilitou que o movimento emergisse e ganhasse visibilidade na sociedade.

A intensificação das transformações advindas da globalização contribui com o aumento da inter-relação entre as esferas nacional e mundial, ao mesmo tempo em que impulsiona o fortalecimento dos movimentos locais e internacionais, provocando identidades em âmbito multiescalar. Nesse contexto, alguns autores chamam a atenção para o surgimento das chamadas "novas identidades", a formação de um espaço político global e multidimensional, o surgimento de uma cidadania global e a reestruturação de uma democracia que vai além das fronteiras nacionais (VIEIRA, 2001; TEIXEIRA, 2001).

Segundo José Maria Gómez (1998)

Pode-se dizer, então, que os processos de globalização desestabilizam (o que não quer dizer que suprimam, ou que às vezes não exacerbem) as identidades coletivas essencialistas baseadas em concepções territoriais dos "nós" e dos "outros", ao mesmo tempo que desencadeiam uma dinâmica de diferenciação em torno e para além do princípio de nacionalidade (...), contribuindo assim para a constituição e expansão de um espaço político global, multidimensional, contraditório e descentrado. (Gómez, 1998: 54)

Segundo Scherer-Warren (2006), o impacto dos avanços da globalização como forma de articulação entre os movimentos sociais, elevou a um patamar acima as formas de diálogo estabelecidas entre militantes, e inclusive entre movimentos de diferentes regiões geográficas do globo. Um claro exemplo desses fenômenos foi à fundação do Jornal carioca "O Lâmpião da Esquina", a partir da assinatura do jornal Gay Sunshine, editado em San Francisco, o advogado gaúcho João Antônio Mascarenhas, que residia no Rio de Janeiro decidiu fundar o jornal que viria a ser a primeira instituição abertamente gay do país sob influência do periódico americano e em constante diálogo com militantes norte-americanos.

Para Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004),

Entre as diferentes formas de comunicação e sociabilidade transnacional, aquelas estabelecidas pelas articulações de movimentos sociais de diferentes origens geográficas parecem ser mais visíveis publicamente. Verifica-se aqui, efetivamente, a circulação de temas e argumentos relacionados com a equidade de gênero, direitos humanos ou proteção ambiental, de forma simultânea, em contextos nacionais diferentes. Contudo, não se trata da formação de uma esfera pública transnacional que coloca em contato os diferentes públicos nacionais. Tem-se, na verdade, fóruns transnacionais diversos, segmentados e desarticulados entre si. (...) é através das estruturas das esferas públicas nacionais que as questões tratadas nesses contextos comunicativos transnacionais ganham repercussão (AVRITZER e COSTA, 2004. p. 716).

A internacionalização dos movimentos sociais passa a ser reconhecida como uma mudança na relação entre os participantes: o global, o transnacional e o local, elementos que atuam na formação do ativismo além-fronteiras. A obra de Keck & Sikkink (1998) realiza uma análise acerca das redes de ativismo e seu impacto na política internacional. Esse ativismo acarreta mudanças na ordem interna dos estados e na sua relação com organizações internacionais e com outros estados. Assim, se estabelece uma conexão entre a esfera doméstica e a internacional. Doimo (1995) usa os termos “redes de movimentos”, “campos éticopolíticos” e “conexões ativas” para explicar a interação entre indivíduos e organizações, na medida em que formam redes fluidas que ultrapassam questionamentos pontuais para campos mais amplos de convivência política embasadas em ações coletivas.

É possível reconhecer a ampliação dessa esfera pública e da luta por reconhecimento no movimento LGBT, quando se analisa na perspectiva histórica o protagonismo dos ativistas em atrair a atenção do Estado e dos organismos internacionais para o problema da AIDS, adotando medidas de conscientização e combate à epidemia, como também, a luta pela desmistificação da ideia de “peste gay”. Essas ações ganharam uniformidade em vários países, sendo possível perceber a atuação dos militantes juntos ao Estado em prol de um amplo projeto de saúde pública.

As ações executadas pelos movimentos sociais que ganham visibilidade internacional muito contribuem com a internacionalização de suas causas, no movimento LGBT são as paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais que acontecem por toda parte do mundo. As paradas são identificadas como um mecanismo que marcou o surgimento do movimento LGBT contemporâneo, como também o ato político de melhor organização que passou a ser percebido como decisivo para a luta por igualdade dessa população (PRADO E MACHADO, 2008).

As paradas são mobilizações sociais representativas da racionalidade das manifestações de massa como resultado da organização de longo prazo dos grupos que compõem o movimento e dos defensores dos direitos humanos LGBT (Surowiecki, 2004). Iniciadas nas cidades de Nova Iorque e São Francisco possuem um teor estritamente político e denunciam as violências contra os LGBT (QQ Magazine, 2004). As mobilizações começaram então a repercutir expressivamente nos meios de comunicação internacional, tornando-se sinônimo de resistência contra a opressão. A partir de então, as marchas de rua começaram a ser organizadas em outros países, todas inspiradas nas marchas americanas. No Brasil, não foi diferente e as manifestações de rua logo ganharam apoio não apenas dos LGBT, mas também de outros movimentos sociais.

A epidemia da AIDS também é analisada como um dos elementos que possibilitou a internacionalização da luta LGBT. O sucesso no combate a AIDS e o crescimento do ativismo influenciaram a formação de alianças entre o movimento, os Estados e as Organizações Internacionais. Essas parcerias resultaram no desenvolvimento de ações que representaram uma série de avanços (MELLO, BRITO & MAROJA, 2012). O fenômeno da visibilidade política e

social LGBT por intermédio da AIDS, foi chamada por Pelúcio (2007) de *SIDA*danização, termo no qual a troca do “c” pelo “s” busca, denunciar uma cidadania alcançada pela repatologização da sexualidade não heterossexual, demonstrando ao resto do mundo que as comunidades LGBT estavam inteiramente engajadas em banir a epidemia do vírus da HIV.

O aparecimento de personalidades políticas que ecoaram seus discursos em defesa dos direitos civis para além de suas localidades, também contribuiu com o caráter internacional do movimento. Harvey Milk, primeiro gay a conquistar a posição de vereador da cidade de São Francisco, foi à primeira personalidade da história a levantar a bandeira e a construir um projeto político em prol da comunidade. Sua atuação foi decisiva na aprovação de projetos e medidas que estimularam a tolerância e o respeito, e que possibilitaram a organização da comunidade LGBT em São Francisco e posteriormente as comunidades de outras cidades norte-americanas. Após sua morte, Milk deixou um legado que garantiu a continuidade do movimento nos Estados Unidos que posteriormente foi exportada para outras partes do mundo (STRYKER, 1996).

Milk abriu os caminhos para que outros pudessem atuar na esfera política em defesa dos direitos LGBT. Hoje, é possível encontrar em muitos países personalidades políticas que se declaram abertamente pertencente à comunidade. No Brasil, os dois mais conhecidos são o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) e o prefeito de Lins, Edgard de Souza (PSDB-SP). Entretanto também é possível identificar outras personalidades em diferentes países, como: o primeiro ministro do Luxemburgo Xavier Bettel; a deputada polonesa Anna Gradzka, que foi a primeira transexual a ser eleita para o cargo de deputada; o australiano John Fowler, o primeiro gay assumido a ocupar o cargo de prefeito de Sidney; Barbara Hendricks, ministra do Meio Ambiente e Conservação Natural da Alemanha, lésbica assumida; Jared Polis, um congressista gay norte-americano que luta contra a discriminação nas escolas dos EUA, e tantos outros que passaram a atuar no campo político em prol das comunidades LGBT ou demonstrando a importante representatividade no combate da intolerância e do preconceito.

Os fatos mencionados são marcantes por contribuírem para a internacionalização por fomentaram as redes de ativismo em prol de objetivos comuns (CASTELLS, 2008). A luta pelo reconhecimento transcendeu o Estado Nação e ganhou um caráter de urgência internacional, a partir da atuação de movimentos sociais, organismos internacionais e organizações não governamentais internacionais, em clara articulação entre Estados e sociedade civil global. Os fóruns e tratados internacionais, os debates nas Nações Unidas, as campanhas do sistema ONU, os relatórios de ONGs, as missões diplomáticas que reafirmam o apoio contra a LGBTfobia e tantos outros exemplos, mostram o quanto a temática LGBT ganhou espaço e carece de atenção por parte dos Estados e da sociedade civil.

É nítido perceber que o processo de difusão (DELLA PORTA & TARROW, 2005) das ideias e práticas do movimento LGBT no mundo, mas em especial no Brasil, resultou da formação de uma identidade que carecia de reconhecimento e que graças à globalização se viu motivada a “sair do armário” em atos de protestos contra o padrão hegemônico de orientação sexual e identidade de gênero imposto pela sociedade. A organização do movimento LGBT norte-americano inspirou o protagonismo do movimento brasileiro graças às trocas de informações, a disseminação de novas ideias e valores e a uma nova concepção do “EU” LGBT sustentada pelo ativismo e pela constante luta por reconhecimento.

Após a etapa de difusão, é preciso compreender o processo de domesticação (DELLA PORTA & TARROW, 2005). Depois que os ideais do movimento foram disseminados e ganharam adeptos no Brasil, o processo de domesticação, ou seja, a internalização dos conflitos e das lutas se deram com a formação dos primeiros grupos, instituições e ações LGBT no Brasil. A fundação do Lâmpião da Esquina, O SOMOS, o grupo gay da Bahia e os demais coletivos fomentaram a existência de um conflito social que buscava visibilidade, e possibilitou que o movimento LGBT brasileiro ganhasse características próprias, uma vez que, as carências que o

movimento vivenciava no Brasil coincidiam com a realidade sociopolítica do país naquele período.

E em última instância os movimentos vivenciam uma fase de externalização (DELLA PORTA & TARROW, 2005) expressa nos desafios enfrentados pelas instituições supranacionais em intervir em conflitos sociais locais. Essa externalização é observada na história do movimento LGBT quando os temas mais frequentemente abordados nas ações coletivas ganharam espaço nos organismos internacionais, de maneira que buscam através de tratados, declarações e conferências, garantir proteção, direitos e reconhecimento à população LGBT. Um exemplo é a campanha liderada pelas Nações Unidas “Livres&Iguais”, cuja atuação envolve a publicação anual de cartilhas, relatórios e manuais que servem de guia para os Estados garantirem proteção e direitos às comunidades.

No Brasil, os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016) durante suas gestões, apresentaram fortes preocupações no que cerne os direitos LGBT, de modo que em 13 anos o país vivenciou uma série de avanços com a atuação de atores da sociedade civil em articulação com a Secretaria Geral da Presidência. Essa relação entre os movimentos sociais e a presidência resultou em projetos e campanhas que defenderam a tolerância e o respeito à identidade de gênero e à orientação sexual, como foi o caso do programa Brasil sem Homofobia (2004), a criação dos centros de prevenção à violência homofóbica, os programas de capacitação de professores e profissionais da segurança pública e a proliferação das paradas do orgulho gay por todo o país com os incentivos governamentais.

Foi diante dos frequentes casos de violação de direitos contra a população LGBT, que o governo federal em 2013 criou o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais com a finalidade de “organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade” (BRASIL, 2013). Como resultado desse trabalho, por exemplo, em abril de 2014, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação sobre o tratamento à população LGBT privada de liberdade, estabeleceu parâmetros para acolhimento, uso do nome social e atenção à saúde condizente com o processo transexualizador. Além disso, muitos Estados do Brasil adotaram unidades de polícia especializada, bem como os comitês de enfrentamento à violência homofóbica. Em 2015 a então Presidenta Dilma Rousseff inaugurou o Comitê Interministerial de Enfrentamento à Violência contra a população LGBT, ressaltando a importância do tema na esfera federal.

3.1 A Luta LGBT no Âmbito da ONU

Desde 1990, durante as conferências mundiais no âmbito da Organização das Nações Unidas, já se falava sobre a inserção da temática LGBT nos debates internacionais. Nesse período o movimento feminista já trazia as discursões acerca da sexualidade, o que embasou os debates sobre orientação sexual e identidade de gênero. No âmbito ONU, o debate LGBT teve seu ápice em 1994, com o caso Toonen⁷ contra a Austrália que foi levado ao comitê de Direitos

⁷O Sr. Toonen, que foi a primeira pessoa a fazer uma petição a qualquer um dos órgãos do tratado de direitos humanos da ONU em relação à Austrália, apresentou sua comunicação no dia em que o ICCPR-OP1 entrou em vigor para a Austrália. Ele alegou que criminalizar o contato sexual consensual entre homens em privado era uma violação de seu direito à privacidade e que o único remédio eficaz seria a revogação das disposições pertinentes do Código Penal da Tasmânia. Tanto a Comunidade da Austrália quanto o Governo da Tasmânia responderam à reclamação; A Austrália concordou com Toonen, observando que a homossexualidade foi descriminalizada em todas as outras jurisdições australianas. O governo da Tasmânia defendeu suas leis, no entanto, por motivos morais e de saúde pública. O Sr. Toonen acredita que o constrangimento que causou ao

Humanos. O comitê se pronunciou afirmando que a lei australiana que criminalizava a homossexualidade entre pessoas adultas violava integralmente o direito à privacidade. A decisão foi determinante para que se fosse percebido pela comunidade internacional que os tratados de direito internacional adotados pelos países, poderiam abarcar os direitos LGBT.

Para Ignacio Saiz,

Toonen ofereceu esperança de que o sistema internacional de direitos humanos poderia ao menos prover um recurso contra a gama de leis e práticas abusivas que têm criminalizado e patologizado ou demonizado aqueles cuja orientação sexual ou identidade de gênero não se encaixam na norma padrão (SAIZ, 2005, P.4).

Desde então, a ONU tem atuado no tema, cobrando o cumprimento das obrigações dos estados-membros em proteger e dar direitos a população LGBT. Por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos expressou sua preocupação quanto ao assunto à Tanzânia e Romênia, pedindo a proteção da liberdade sexual. Outros comitês têm desenvolvido medidas que garantem a efetividade dos direitos LGBT entre eles o Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher (CEDAW), o Comitê contra a Tortura e o Comitê dos Direitos da Criança todos se pronunciaram em diversos momentos sobre o tema.

A criação dos direitos sexuais nas conferências do Cairo⁸ (1994) e Pequim⁹ (1995) e a elaboração da Lei Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (2006-2007), proporcionaram a intensificação do debate sobre sexualidade nas arenas globais. Em 1993 iniciaram-se os preparativos para a conferência de população e desenvolvimento, que ocorreria no Cairo no ano seguinte, quando foram incluídos nos temas das negociações as questões de saúde sexual e os direitos sexuais. Infelizmente os direitos sexuais acabaram sendo eliminados no texto final da conferência, mas o debate retornou um ano depois na conferência de Pequim.

Em 2000, o comentário geral nº 14 do comitê de direitos econômicos, sociais e culturais, quando analisado o direito a saúde, incluiu orientação sexual e identidade de gênero no status aos qual é vedada a discriminação. Nesse sentido, Ignacio Saiz (2005, P.12) ressalta que ao contrário dos órgãos de tratado, a Comissão de Direitos Humanos, hoje extinta e substituída pelo Conselho de Direitos Humanos, foi composta por representantes de governo cuja atuação política constantemente buscou minar a efetividade dos especialistas em direitos humanos.

Na primeira sessão da assembleia geral da ONU sobre AIDS (2001), alguns países se opuseram à participação de representantes das redes de ativismo LGBT, um mês depois a mesma rejeição aconteceu nas preparações para a conferência contra o racismo, discriminação racial e formas correlatas de discriminação. Nesta mesma conferência, o Brasil sugeriu a inclusão de um parágrafo sobre discriminação por razões de orientação sexual, não sendo aprovada por falta de apoio. Dois anos depois, o governo brasileiro propôs uma resolução sobre

Governo da Tasmânia custou-lhe o seu emprego: o Governo ameaçou retirar o financiamento do seu empregador, o Tasmanian AIDS Council, se não o despedisse. A Austrália respondeu a esta decisão histórica promulgando a Lei de Direitos Humanos (Conduta Sexual) de 1994, que efetivamente descriminalizou a atividade sexual consentida entre adultos em toda a Austrália e proibiu leis que interferem arbitrariamente na conduta sexual de adultos em particular. A Tasmânia posteriormente alterou seu Código Penal, o que o tornou consistente com as opiniões do Comitê

⁸ A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), do Cairo, realizada em 1994, contou com o avanço teórico e de instrumentos internacionais anteriores, mas também se beneficiou da conjuntura favorável, tanto em termos demográficos, quanto políticos (CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2002, p. 3).

⁹ Com a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Beijing (Pequim) as perspectivas da CIPD do Cairo foram reforçadas e adotou-se uma nova concepção em que se combinam: a) respeito pelos direitos humanos, incluídos os direitos sexuais e reprodutivos; b) promoção do desenvolvimento humano e do bem-estar, com reforço das políticas de educação, emprego, saúde e respeito ao meio ambiente; c) empoderamento das mulheres e equidade de gênero CORRÊA, JANNUZZI, ALVES, 2002, p. 3).

a mesma questão à comissão de direitos humanos da ONU, porém a companhia foi interrompida e adiada para 2004, quando em decorrência dos países islâmicos a diplomacia brasileira retirou a proposta (PAZELLO, 2005).

É preciso reconhecer que, ainda que paulatinamente, houveram avanços nos debates no que tange os direitos sexuais. Por exemplo, no texto original da declaração universal dos direitos humanos de 1948, quando usado o termo “SEXO”, ele se refere à diferenciação entre homens e mulheres. Até 1993, o termo nunca havia sido mencionado em documentos de direitos humanos como referência a sexualidade no seu sentido mais amplo e complexo, mas foram esses primeiros debates que possibilitaram que dez anos depois, os Estados membros começassem a discutir a temática da orientação sexual (GIRARD, 2008).

Outro aspecto importante desses avanços diz respeito à abertura por parte da ONU à participação e presença de atores sociopolíticos da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos sexuais nos debates internacionais. A diversidade do perfil desses atores como as feministas e ativistas LGBT resultou em efeitos nas agendas internacionais. O protagonismo dessas instituições da sociedade civil resultou em uma estratégia de *advocacy*¹⁰ para assegurar que a discriminação por orientação sexual fosse tratada no capítulo de direitos humanos do documento final da conferência.

Na preparação para a conferência do Cairo, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Japão, Nova Zelândia e União Europeia já se apresentavam com propostas progressistas acerca dos direitos sexuais, orientação sexual e também as novas formas de famílias. Em contrapartida, a América Latina e parte da África, junto com o Vaticano, China e Índia se posicionavam de acordo com a conveniência das circunstâncias, enquanto os países islâmicos não se posicionavam positivamente ao assunto. Com essa dinâmica confusa houve o fracasso da resolução proposta pelo Brasil, fazendo com que tanto a diplomacia quanto os ativistas brasileiros investissem no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e no Mercosul para ampliar o consenso regional sobre os direitos LGBT. É importante perceber que uma possível aprovação da resolução proposta pelo Brasil em 2004, significaria que os Estados reconheceriam a violação aos Direitos Humanos em razão da orientação sexual, e isso já garantiria maior compreensão sobre a questão.

O Brasil foi um dos países que tentou ampliar e inserir o tema nos debates da comissão de direitos humanos. Contudo, não obteve sucesso, uma vez que houve uma organização no sentido de retirar qualquer menção no texto da expressão “orientação sexual”, em especial por parte dos países islâmicos.

O objetivo da iniciativa é fortalecer o sistema de proteção e promoção dos direitos humanos; não repreender ninguém. É entendimento do Brasil que a relevância da iniciativa deriva da sua capacidade em contribuir para a disseminação de valores e práticas sociais que provavelmente levarão a harmonia e tolerância. À luz dessas considerações e levando em conta a importância de preservar as razões e os objetivos do rascunho de resolução, com a qual o Brasil continua totalmente comprometido, o Governo Brasileiro decidiu mantê-la em consulta e solicitar à Comissão que adie sua consideração (ILGA, 2004)

A Human Rights Watch e a ABGLT promoveram mobilizações manifestando apoio ao governo brasileiro. Em 2004 houve uma nova tentativa por parte do Brasil, mas não obtiveram êxito, sob o pretexto de ameaça a valores culturais e religiosos. Foi que em 2006, no encontro de especialistas em direitos humanos em Yogyakarta, estabeleceram o que foi conhecido como

¹⁰A sociedade civil organizada e a população podem contribuir para a promoção de políticas públicas efetivas, visando garantir que governos ajam de acordo com o interesse da sociedade, em respeito às leis e à Constituição Federal. O conjunto de ações planejadas para atingir o objetivo almejado, inserido no contexto de transformar e/ou melhorar condições, atitudes e políticas, é denominado *advocacy*.

“Princípios de Yogyakarta”, que passou a atender as questões relacionadas a orientação sexual e identidade de gênero.

Para O’Flaherty e Fisher (2008), tais princípios podem ser categorizados com

(1) não-discriminação, (2) proteção dos direitos de privacidade, (3) garantia de proteção de outros direitos para todos, independentemente da orientação sexual e identidade de gênero, (4) algumas tendências gerais quanto ao direito dos direitos humanos que têm importantes implicações para o gozo dos direitos humanos por pessoas de orientação sexual e identidade de gênero diversas. (O’FLAHERTY, FISHER, 2008. P. 214, Tradução livre)

Foi na sessão de 18 de dezembro de 2008 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que 66 países apresentaram uma declaração de apoio aos direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero (UN, 2008). O Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais continuou reiterando o tema da orientação sexual e identidade de gênero no comentário geral nº 20 sobre a não discriminação, ele afirma que:

Os Estados partes devem assegurar que a orientação sexual de uma pessoa não constitui barreira para a realização dos direitos do Pacto, por exemplo, em acessar os direitos de pensão do sobrevivente. Além disso, a identidade de gênero é reconhecida entre os fundamentos de proibição de discriminação; por exemplo, pessoas que são transgênero, transexual ou intersex frequentemente sofrem graves violações de direitos humanos, tais como assédio nas escolas e no local de trabalho. (CESCR, 2009. Parágrafo 32. Tradução livre)

Um outro marco no sistema internacional de proteção dos direitos humanos foi a candidatura da ABGLT, uma das maiores redes de organização LGBT no Brasil, que ganhou status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da ONU. A candidatura sofreu fortes críticas com o argumento de associação da homossexualidade à pedofilia e exploração sexual. A missão diplomática brasileira nas Nações Unidas intercedeu junto ao Conselho, afirmando que a ABGLT possuía os requisitos mínimos e que,

Em relação a um assunto que foi levantado por algumas delegações, nós gostaríamos de ressaltar que as autoridades brasileiras consideram que a promoção e advocacy dos direitos LGBT, de nenhuma forma é ou pode ser interpretada como conivente com práticas de pedofilia ou outras formas de exploração sexual de crianças e adolescentes. No Brasil, tais práticas não somente flagrantemente violam nossa legislação e estão sujeitas à persecução penal, mas também são abordadas por políticas públicas específicas para preveni-las (BRAZIL, 2009. Tradução livre).

Percebia-se no âmbito das Nações Unidas, que o debate sobre os direitos LGBT ganhava cada vez mais espaço, e em 10 de dezembro de 2009, o governo da Suécia juntamente com os governos da Argentina, Brasil, Croácia, França, Holanda e Noruega e organizações da sociedade civil, promoveram um painel sobre o tema. Na sessão de outubro de 2010 do conselho de direitos humanos, representando o Mercosul, o Brasil pronunciou-se sobre a violação dos direitos LGBT.

Os países do MERCOSUL estão preocupados com a violação contínua dos direitos humanos de pessoas motivadas pela sua orientação sexual, incluindo pela imposição de sanções e o cometimento de atos de violência. O MERCOSUL ressalta a urgência e a importância de remover sanções criminais baseadas na orientação sexual. Da mesma forma, nós clamamos todos os Estados a aumentar seus esforços em combater a violência contra as pessoas por causa da orientação sexual delas (BRAZIL, 2010. Tradução livre)

Ano após ano, as Nações Unidas tem expressado seu compromisso em lutar pelo reconhecimento dos direitos LGBT em suas conferencias, assembleias, fóruns e comitês, e tem ressaltado sua preocupação quanto à violação dos direitos humanos no que tange à comunidade. Foi, pensando nisso que em julho de 2013, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos lançou a campanha Livres e Iguais, que busca disseminar a mensagem de que os direitos humanos pertencem a todos, incluindo os LGBT.

A extensão dos mesmos direitos usufruídos por todos para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) não é radical e nem complicado. Ela apoia-se em dois princípios fundamentais que sustentam o regime internacional de direitos humanos: igualdade e não discriminação. As palavras de abertura da Declaração Universal dos Direitos dos Humanos são inequívocas: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. (ONU, 2013, p. 7)

Dessa maneira, fica claro que existe uma preocupação no âmbito da ONU quanto à necessidade de se discutir a violação dos direitos LGBT, assim como, lutar contra a naturalização da violência contra a comunidade. Visualizar as redes LGBT como atores do sistema internacional permite que a comunidade ganhe espaço e voz na luta pelo reconhecimento. A articulação dos movimentos como parte da sociedade civil global evidencia a expansão de suas causas e a visibilidade de suas identidades. Sendo assim, não se pode mais pensar nas questões relacionadas a orientação sexual ou identidade de gênero em um contexto local, mas sim, global, sem fronteiras ou limitações. A luta é travada em qualquer localização geográfica com os mesmos objetivos, em culturas distintas, mas compartilhando das mesmas experiências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre o processo de internacionalização da luta pela igualdade de direitos civis das diferentes orientações sexuais e das identidades de gênero revela os obstáculos sociais, jurídicos e políticos que fazem com que as pessoas pertencentes a estes grupos militem pelo reconhecimento de suas identidades e alcancem a cidadania. Desde as primeiras manifestações, a população LGBT tem ganhado espaço nas questões da promoção da cidadania e dos Direitos Humanos em esfera internacional, porém é evidente que ainda são muitas as demandas para que de fato a comunidade deixe de ter seus direitos violados. É perceptível que as políticas LGBTs já seja uma temática presente nas esferas internacionais, assim como, já apresente forte articulação com redes da sociedade civil que integram os movimentos sociais identitários, ONGs, partidos políticos, sindicatos, conselhos profissionais e meios de comunicação.

Importante mencionar que a sociedade civil global surge como um ator internacional capaz de interagir com as redes, identificando as diferentes causas e projetos que legitimam novos atores globais. É a partir da atuação da sociedade civil em redes que passam a reconhecer a necessidade de debate acerca das políticas públicas para a população LGBT no mundo, seja através das redes, coalizões, organizações internacionais, ativistas ou pelo aumento do engajamento visando a efetividade dos direitos humanos. Tudo isso tem apresentado reflexos na articulação de medidas internacionais pela proteção e garantia de direitos.

É evidente que de 1969, em Stonewall, até os dias atuais foram registrados avanços significativos no reconhecimento dos direitos LGBTs. O tema é aos poucos inserido na agenda internacional, resultando em reflexos no âmbito dos comitês, comissões e cortes, reverberando impactos significativos junto à população e nos movimentos. Desde 2010, as Nações Unidas têm expressado abertamente sua preocupação quanto a garantia de direitos, mas só foi a partir de 2013 que se intensificaram os trabalhos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Em uma análise mais local, percebeu-se também o pioneirismo do Estado

brasileiro no tema em esfera internacional e também na doméstica. Com a criação da Coordenação Nacional LGBT em 2009, o país passou a oferecer propostas mais consistentes no reconhecimento dos direitos da comunidade.

Mas isso só passou a ser possível graças ao protagonismo dos militantes do movimento, que passaram a dar voz as suas demandas e a exigir o reconhecimento efetivo de suas individualidades e atuação política. São as experiências de discriminação, privação e desrespeito que fizeram com que as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais identificassem a necessidade de se organizarem em ato de resistência e no caminho pelo reconhecimento. São as experiências negativas compartilhadas pelos indivíduos pertencentes a comunidade que surgem as lutas sociais coletivas, e mesmo que ainda se façam presentes casos de violência, ofensas e preconceitos contra LGBTs, isso faz com que a agenda do movimento ganhe uniformidade e homogeneidade internacional, uma vez que o registro do não reconhecimento e da violação dos direitos é percebido em diversos países. A história do movimento LGBT é marcada pelo ativismo dos seus militantes, assim como, por fortes críticas e obstáculos que têm prejudicado as conquistas sociais e jurídicas. Isso impulsionou a criação de instituições e a articulação de manifestações políticas, contribuindo na compreensão de que foi necessária uma mobilização conjunta para que a temática ganhasse visibilidade local e posteriormente internacional.

Compreender o movimento LGBT enquanto um ator internacional é essencial para perceber que cada vez mais lutas locais se disseminam para o resto do mundo, ganhando visibilidade internacional e reafirmando a existência e a legitimidade de suas lutas. Foram as trocas de informações, a propagação de novos valores e a expansão das redes sociais, que fizeram com que os conflitos sociais ganhassem atenção dos organismos internacionais e da sociedade civil. A existência de uma transmissão cultural através da informação, permite com que o mundo inteiro passe a ter ciência de acontecimentos que embasam as causas. Isso também tem reforçado a identidade LGBT como instrumento de captação de direitos e um mecanismo de atrair a atenção internacional. A construção de uma identidade que pertence a todos os LGBT permite com que seja evidenciado as necessidades e lutas.

O fortalecimento da representatividade na sociedade permite que o tema ganhe prioridade nas políticas públicas e no trato com o respeito à diversidade. As paradas, as campanhas nas redes sociais e nos organismos internacionais, os debates políticos e a organização social dos LGBTs ampliam a identidade como algo não apenas pertencente ao grupo, mas também como elemento pertencente a todos que militam pelos Direitos Humanos.

Ao reconhecer neste trabalho os movimentos LGBTs como um ator das relações internacionais, se afirmou que através da atuação destes movimentos se percebe uma experiência transcultural e transnacional na qual indivíduos de diferentes partes do mundo passam a compartilhar dos mesmos valores e experiências mesmo que esses falem línguas diferentes, tenham costumes diferentes e estejam localizados em áreas geográficas diferentes. O curioso é perceber que a existência desse discurso homogêneo não prejudica a formação dos movimentos em contextos diferentes. A luta LGBT é sem sombra de dúvidas globalizante e aberta aos diferentes contextos, uma vez que, ela pertence aos excluídos e luta pelos mesmos objetivos onde quer que esteja atuando.

Há muito a ser feito para combater o preconceito e proteger as pessoas LGBTs, e o comprometimento dos agentes sociais e atores internacionais é fundamental para essa conquista. É preciso uma mudança de entendimento no que cerne os direitos individuais e o rompimento das estruturas patriarcais opressoras que fomentam a intolerância e o conservadorismo exacerbado. Este trabalho, surge também como um sinal da necessidade de se (re)pensar as Relações Internacionais de maneira livre e ampla, integrando os agentes sociais capazes de proporcionar a *Liberté, égalité et fraternité*, valores essenciais para esta ciência. Sendo assim, torna-se urgente pensar “fora da caixa” e analisar os movimentos identitários

como ferramentas fundamentais na efetividade dos direitos humanos, na cooperação entre os povos e na promoção da liberdade.

Referências

ANDRE, Augusto José de Abreu. **Visibilidade Gay, Cotidiano e Mídia: Grupo Arco-íris – Consolidação de uma estratégia.** Um estudo de caso. Brasília: Dissertação de Mestrado da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2002.

ALONSO, Angêla. **Teoria dos movimentos sociais:** um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, v.76, p.49-86, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e democratização.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BASTOS, Elide Rugai. **Para a análise dos movimentos sociais.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 1983.

BENESSAIEH, A. **Global Civil Society: Speaking in Northern Tongues?** Latin American Perspectives. Issue 179, Vol. 38 No. 6., pp.69-90. Nov 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de proteção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004.

BRAZIL. **Statement by Counsellor Alan Sellos Permanent Mission of Brazil to the UN.** Third Committee – Item 68: Promotion and protection of human rights. 28 October 2010. Disponível em :<http://www.un.int/brazil/speech/10d-AS-Third-Committee-english.html>. Acesso em 05 de junho de 2017.

BRONSKI, Michael. **Sexual Liberation versus Identity Politics:** whither the Gay Liberation Front. The Harvard Gay & Lesbian Review, v. 2, 1995.

CASTELLS, M. **Monopolville:** Analyse des rapports entre l'enterprise, l'etat et l'urban a partir d'une enquete sur la croissance industrielle et urbaine de la region de Dunkerque. Paris: Mouton and Co, 1974.

CASTELLS, M. **The Informational City:** Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process. Oxford: Basil Blackwell. 1989.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Paz e Terra, São Paulo, v. 2, 3ª Edição, 2002. _____. Manuel. **The New Public Sphere:** Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science. 2008.

CESCR, **General Comment No.20.Non-Discrimination in Economic, Social and Cultural Rights** (art.2, para.2). E/C.12/GC/2009.

CHAMBERLAND, Line. Remembering Lesbian Bars: Montreal, 1955-1975. In: MEDES-LEITE, Rommel; BUSSCHER, Pierre-Oliver de. **Gay Studies From the French Cultures: voice from France, Belgium, Brazil, Canada and Netherlands**, New York, 1993.

D'EMILIO, John. 1983. **Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of a Homosexual Minority in the United States, 1940–1970**. Chicago, IL: University of Chicago Press.

DELLA PORTA, Donatella & TARROW, Sidney . **Transnational Protest and Global Activism**. Rowman & Littlefield Publishers, Toronto, Oxford, 2005.

_____. & DIANI, M. **Social Movements: An Introduction**. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 2006.
DIANI, Mario. **Networks and Social Movements: A Research Programme**. In Mario Diani and Doug McAdam (eds.), *Social Movements and Networks*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUBERMAN, Martin B. **Stonewall**. New York: Plume, 1993.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A teoria dos movimentos sociais em debate**. *Libertas*, Juiz de Fora, n. 1, v. 1, 2001.

ESQREVER. Harvey Milk, a esperança que nos deu., 2014. Disponível em:<<https://esqrever.com/2014/11/27/harvey-milk-a-esperanca-que-nos-deu/>>. Acesso em 10 de junho de 2017.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas: Movimento homossexual e produção de identidade coletiva nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. **Sexualidade, cidadania e homofobia: pesquisa 10ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo – 2006**. São Paulo: APOGLBT, 2007.

_____. **Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro**. *Revista Bagoas*. no. 04, p.131-158, 2009.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo**. Universidade Federal de Juiz de Fora. *Revista Brasileira de Educação*, 2003.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll: uma história social**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FRIEDMANN, J., & WOLFF, G. **World City Formation: An Agenda for Research and Action**. In N. Bernner, & R. Keil, *The Global Cities Reader* (pp. 58-66) Oxford: Routledge. 1982.

GOHN, Maria da Glória. **Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **História dos Movimentos e Lutas Sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. Edições Loyola. São Paulo, 1995.

_____. **A força da periferia:** a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Lutas pela moradia popular em São Paulo.** 1987. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

GÓMEZ, José Maria. **Política e democracia em tempos de globalização.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GOODWIN, Jeff & JASPER, James. **The social movements reader:** cases and concepts. Second Edition, Wiley-Blackwell, 2009.

GIRARD, Françoise. **Negociando derechos sexuales y orientación sexual en la ONU.** In PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert (Org.). **Políticas sobre sexualidad:** Reportes desde las Líneas del Frente. Cidade do México: 2008. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/frontlines/espanol/book/pdf/capitulo9_united_nations.pdf>.

GRAVES, J. Donna & WATSON, E. Shayne. **Citywide Historic Context Statement for LGBTQ History in San Francisco.** Prepared for the City & County of San Francisco. 2015.

GREEN, James. **Além do carnaval:** a homossexualidade no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

HALL, P. **The World Cities.** New York: McGraw-Hill. 1966.

HALL, Stuart. **“The work of representation”.** In: HALL, Stuart (org.) Representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HERZ, Monica. HOFFMANN, Andrea Ribeiro. TABAK, Jana. **Organizações Internacionais – História e Práticas,** 2ª ed. Rio de Janeiro. 2015.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34. 2003.

_____. **“Redistribution as recognition:** a response to Nancy Fraser”. In: FRASER, N; HONNETH, A. Redistribution or Recognition? A political-Philosophical exchange. Londres/Nova York: Verso. 2003.

ILGA. **Brazil postpones debate over resolution on sexual orientation.** Official communiqué / 29.3.04. Disponível em: <http://ilga.org/ilga/en/article/263>. Acesso em 05 de junho de 2017. 2004.

ÍNIGUEZ, L. **Construcionismo social e psicologia social**. In J. B. Martins (Org.), Temas em análise institucional e em construcionismo social. São Carlos, SP: RIMA, 2004.

KALDOR, M. **The idea of global civil society**. International Affairs. Vol. 79, No. 3, pp. 583-593. May 2003.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: 70, 1992.

KECK, M. SIKKINK, K. **Activist beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca: Cornell, 1998.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Um passo em frente, dois passos atrás**. (A crise no nosso partido). Lisboa: Editora Avante, 1977.

LINKLATER, Andrew. **The transformation of Political Community – Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era**. Univ of South Carolina, 1998.

MACREA, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARTINS, Andréa Damacena. **Movimentos sociais: uma discussão acerca da literatura Sociológica (1984-1992)**. S.n.t. Mimeografado

MENDES, Leo. **A história do movimento homossexual brasileiro**. Disponível em < <http://www.lgbtt.blogspot.com.br> >. Publicado em: 2010.

MELLO, L. BRITO, W. & MAROJA, D. **Políticas públicas para população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**. Cadernos Pagu, 39ª Ed, 2012.

MELUCCI, A. **Challenging Codes: Collective Action in the Information Age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MEYER, Laura. **The Los Angeles Woman's Building and the Feminist Art Community, 1973-1991, in The Sons and Daughters of Los: Culture and Community in L.A.** edited by David E. James. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2003.

MISHRA, V. K. **The Role of Global Civil Society in Global Governance**. Beijing Law Review, pp. 206-212. 2012.

MILANI, Carlos R. S. **Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos**. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. (Org.). Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2012a. p. 33-70.

MISKOLCI, R. **Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer**. In L. Sousa, T. Sabatine, & B. Magalhães (Orgs.), Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. (pp. 47-68). Marília: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, (2011).

MORAES, Renato. **Teoria do Reconhecimento e Movimentos Sociais:** o potencial de transformações de ações coletivas moralmente motivadas. Interações. n.1,v.1, 2006.

NUNAN, A. **Homossexualidade:** do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Cultura e Identidade Gay:** a diferença do múltiplo. Artigo apresentado ao Núcleo de pesquisa comunicação e cultura de massa do XXIV no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande – MS. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/xxivci/np13/NP13NUSSBAUMER.PDF>>. Acesso em 20 de março de 2017. 2001.

O'FLAHERTY, M.; FISHER, J. **Sexual Orientation, Gender Identity and International Human Rights Law:** Contextualising the Yogyakarta Principles. Human Rights Law Review. Oxford University Press. 2008.

OLIVEIRA, José Marcelo. **Desejo, preconceito e morte:** assassinatos de LGBT em Sergipe. 2012. Tese (Livre – Docência) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. 2012.

PIMENTA, Denilson. **A história do movimento LGBT.** Disponível em <<http://pcdob.or.br/lgbt>>. Publicado em: 2015.

PELÚCIO, L. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre modelo preventivo de AIDS.** Tese Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2007.

PAZELLO, Magaly. **Sexual rights and trade. Peace Review:** A Journal of Social Justice, San Francisco, n. 17, v. 2. 2005.

PONCHIROLLI, Osmar; SANTOS FILHO, Marco Aurélio dos. **Contribuições da teoria do reconhecimento para os estudos organizacionais:** um olhar a partir da teoria crítica. FAE – Centro Universitário. Núcleo de Pesquisa Acadêmica. Programa de Apoio à Iniciação Científica. 12º caderno de iniciação: Paic/2010-2011. Curitiba, 2011, p. 147-168. Disponível em: <<http://img.fae.edu/galeri>>.

PRADO, M. A. M. & MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades:** hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

REIS, M. B. M. **O debate teórico acerca dos Novos Movimentos Sociais no Brasil:** um balanço outro. Revista Serviço Social e Movimento Social, São Luis, v.1, 2000.

ROSENVALD, Cristiano Chaves. **O Direito da Família.** São Paulo, Editora Juspodivm, 2015.
SAIZ, I. **Bracketing Sexuality: Human Rights and Sexual Orientation - A Decade of Development and Denial at the UN.** SPW Working Papers, No. 2, 2005.

SALOMÓN, M., & NUNES, C. **A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil:** os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. Contexto Internacional, 2007.

SANTOS, Ana Cristina. **A lei do desejo: Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal.** Porto: Afrontamento, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipadora da Universidade.** São Paulo: Cortez, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** Revista Sociedade e Estado. Brasília, Vol. 21, 2006.

_____. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos.** Curitiba: Appris, 2012.

SCHOLTE, Aart, Jan. **“What is Globalization? The definitional issue - Again”** – CSGR Working paper No 109/02 – Dezembro de 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000

SILVA, Maria Lucia Carvalho da. **Movimentos Sociais: gênese e principais enfoques conceituais.** In: Revista Kairos. São Paulo, 2001.

SIMÕES, J. & FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

STRYKER, Susan, and Jim Van Buskirk. **Gay by the Bay: A History of Queer Culture in the San Francisco Bay Area.** San Francisco: Chronicle, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

TAQUES, Fernando José. **Movimento LGBT: considerações necessárias.** Ciências Sociais Unisinos. V. 43, p. 144 – 148, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez, 2001.

TILLY, Charles. **Contention and democracy in Europe, 1650-2000.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TOURAINÉ, Alan. In: **O Retorno do Ator: Movimentos Sociais em Perspectiva. SEMINÁRIO INTERNACIONAL O RETORNO DO ATOR: MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERSPECTIVA.** In: Anais do Seminário Internacional O Retorno do Ator: Movimentos Sociais em Perspectiva. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, ago. 1991.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

UN HUMAN RIGHTS COUNCIL (HRC). 2012. **Human Rights Council panel on ending violence and discrimination against individuals based on their sexual orientation and**

gender identity. Summary of discussion. Geneva, 7 March 2012. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/SummaryHRC19Panel>.

VALENTE, Julia Leite; DE CAUX, Luiz Phillipe. **O que é a teoria do reconhecimento?** Programa Pólos de Cidadania - Faculdade de Direito | UFMG, 2010.

VIANA, Cláudia. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação:** das ações coletivas aos planos e programas federais. 2011. Tese (Livre – Docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania.** A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WIRTH, Louis. [1928]. **O urbanismo como modo de vida.** In: VELHO, Otávio G. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZURN, C. **Recognition, Redistribution, and Democracy:** Dilemmas of Honneth’s Critical Social Theory”. European Journal of Philosophy, vol. 13,2005.